

INTRODUÇÃO: DESVENDANDO LIMITES E POTENCIAIS DAS FINANÇAS VERDES NO BRASIL

Iagê Z. Miola

Gabriela de Oliveira Junqueira

Tomaso Ferrando

Diogo R. Coutinho

Flávio M. Prol

Marcela Vecchione-Gonçalves

No contexto brasileiro, as relações entre finanças e meio ambiente vêm se desenvolvendo ao longo das últimas quatro décadas. Isso se dá, evidentemente, em paralelo à emergência e consolidação de um regime de governança ambiental nacional e internacional. Importantes temas do progressivo entrelaçamento entre o universo financeiro e a agenda ambiental são, entre outros, as proposições normativas referentes à figura do poluidor indireto e à responsabilidade civil ambiental de financiadores (YOSHIDA *et al.*, 2017), as condicionantes ambientais nas políticas de financiamento ao desenvolvimento - que foram estruturantes na institucionalidade da emergente política ambiental brasileira -, a estruturação de fundos destinados ao financiamento de atividades sustentáveis, o desenvolvimento

na autorregulação empresarial (PEREZ, 2008) e a adoção de instrumentos econômicos de regulação ambiental (DERANI, 2008).

Um novo impulso nesse campo foi dado com a elaboração de estimativas dos custos econômicos das mudanças climáticas (STERN, 2007). A partir dessa lógica, e tendo como alavancas incentivos pecuniários, articulou-se a ideia de uma economia verde (UNEP, 2011) e a decorrente necessidade de uma transição, que implicaria investimentos da ordem de US\$ 3 a 7 trilhões por ano, por vários anos, de acordo com estimativas da gestora de ativos Black Rock (DW, 2021). Com o objetivo de mobilizar os orçamentos dos Estados, bem como os mercados de capitais, proliferam novos instrumentos “verdes” para canalizar capital. De maneira abrangente, os novos e antigos instrumentos são designados pela categoria de “finanças verdes”, que foi alçada ao discurso ambientalista hegemônico nos últimos anos, especialmente como meio para o financiamento de projetos de transição verde (MAZUCATTO, 2021), como o *Green Deal* europeu (EUROPEAN COMMISSION, 2019).

Nesse cenário, as diversidades de atores envolvidos, de fontes de financiamento e seus respectivos fluxos financeiros, de arranjos institucionais e instrumentos adotados, bem como de atividades financiadas, representam a complexidade que caracteriza o campo de investigação das finanças verdes, sobre a qual se debruçam as contribuições deste volume coletivo.

Em meio a essa complexidade, dois aspectos transversais podem ser apontados como parte relevante da governança ambiental global e doméstica (PATTBERG; WIDERBERG, 2015). De um lado, o crescente papel assumido por atores e instrumentos privados no universo das finanças verdes, sendo a insuficiência de recursos públicos apontada como justificativa para a adoção de arranjos que garantam as condições para a atração do capital privado para o financiamento da hoje propalada transição verde (GABOR, 2021a). Essa perspectiva ficou evidente no mais recente “dia das finanças” na 26ª Conferência das Partes (COP 26) da Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), realizada em Glasgow (GABOR, 2021b). Busca-se, com isso, definir uma direção para os desafios climáticos envolvendo questões como quem deve financiar, qual o grau de compartilhamento dos custos e de riscos entre o Estado e as empresas privadas, bem como qual a extensão da socialização desses custos em escala global, tendo em vista as diferenças estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nessa toada, o setor privado e financeiro vem sendo colocado em papel de destaque no financiamento de atividades tidas como sustentáveis, assim como na própria definição do que isso vem a ser.

De outro lado, há o aspecto transversal da importância assumida pela métrica do carbono (MITCHELL, 2013; MORENO; CHASSÉ; FUHR, 2016) enquanto horizonte normativo para direcionamento da chamada transição verde. Em face da crescente deterioração das condições ecológicas, é evidente a necessidade de uma radical transformação do modo de viver, envolvendo o quê, como e com quais fontes de energia produzir, dos meios de transportar mercadorias e ofertar serviços, dos recursos naturais a serem explorados, dos padrões de consumir e das formas de construir prédios e fábricas. Para tanto, impõem-se desafios complexos em diferentes âmbitos, como o tecnológico, o político e o financeiro. Desafios esses que, no limite, tratam da nada trivial regulação da relação entre sociedade e natureza. No entanto, para além do virtual consenso sobre a necessidade de transição, são bastante diversas – quando não contraditórias – as expectativas sobre o que significa transformar a economia, a forma como pode ser feita a transformação e como deve ser financiada tal mudança.

É nesse sentido que a centralidade do regime climático (PEET; ROBBINS; WATTS, 2011) funciona como horizonte normativo, traduzindo a “transição verde” na missão de “descarbonização” da economia. Apesar de não ser o único critério disponível, tomada isoladamente a meta de “redução das emissões”, opera uma significativa simplificação das complexidades da atual crise ecológica, sobrepondo-se a outros fatores relevantes na consideração do equilíbrio dos ecossistemas, como a biodiversidade, a qualidade dos recursos hídricos, a ausência de agrotóxicos e produtos químicos, a questão dos produtos transgênicos, bem como as relações sociais estabelecidas com o meio natural. Dessa maneira, é favorecida uma lógica de despolitização da temática ecológica (SWYNGEDOUW, 2010), com o renovado risco de criação e legitimação de “zonas de sacrifício verde” (ZOGRAFOS; ROBBINS, 2020).

As finanças verdes e os seus desdobramentos no Brasil são o universo explorado pelos capítulos deste livro. A obra foi produzida no âmbito do projeto “*Green Finance and the Transformation of rural property in Brazil: building new empirical and theoretical knowledge*”, desenvolvido por pesquisadores e pesquisadoras do Departamento de Direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), da University of Bristol (Reino Unido) e da University of Antwerp (Bélgica).¹ Executado entre 2018 e 2022, o principal

¹ O projeto e, como parte dele, a presente publicação contaram com financiamento do Newton Fund da British Academy (NAF2R2\100124 - Newton Advanced Fellowship 2017 Round 3). As editoras e os editores são extremamente gratos a Pedro Salomon B. Mouallem pelo seu impecável trabalho de apoio ao processo editorial.

objetivo do projeto é contribuir na produção e difusão de conhecimento sobre as “finanças verdes” no Brasil e suas condicionantes institucionais, econômicas e regulatórias, além de sua dinâmica de funcionamento e impactos socioambientais.

O livro foi concebido a partir da “Conferência de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável no Brasil”, organizada em 2019, no Centro Brasileiro de Estudos de Análise do Planejamento (CEBRAP), em São Paulo. A profundidade e a diversidade das abordagens apresentadas nesse evento sobre o que são e podem ser as finanças verdes e como transitam, se institucionalizam e direcionam ações políticas, econômicas e territoriais que inspiraram a elaboração de um volume coletivo que reunisse e divulgasse conhecimentos e perspectivas múltiplas a respeito do tema. Estas reflexões, no enquadramento do projeto de pesquisa e de suas relações e diálogo com outros temas mais amplos do debate da transformação da propriedade, foram posteriormente ampliadas por outras que as complementam e que, embora não tenham estado na Conferência, contribuem nacionalmente, em seus campos de pesquisa, para uma reflexão calcada na complexidade e multiplicidades das finanças verdes no Brasil.

UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE AS FINANÇAS VERDES NO BRASIL

Ao endossar uma noção ampla de “finanças verdes”, o livro elege como uma das suas preocupações centrais, precisamente, a análise dos possíveis sentidos atribuídos à conexão entre as finanças (públicas ou privadas) e a sua qualificação como ambientalmente sustentáveis. O conjunto de pesquisas aqui reunidas avalia de forma crítica os potenciais, assim como os limites de diversas iniciativas públicas e privadas relacionadas a instrumentos financeiros que carregam a promessa de contribuição para uma economia sustentável e que vêm sendo implementados no país.

Como se verá, os capítulos que compõem este livro investigam uma variedade de manifestações empíricas das finanças verdes no Brasil – diferentes tipos de instrumentos e arranjos financeiros e institucionais – assim como, exploram distintos problemas a partir de marcos teóricos e metodológicos dos mais variados. Além dessa diversidade convergir para o grande tema das finanças verdes, o principal fio condutor da coletânea é o seu caráter multidisciplinar vinculado às ciências sociais e sociais aplicadas. Estão reunidas aqui análises que articulam conhecimentos e metodologias de diferentes áreas, como o direito, a economia política, a geografia, as relações internacionais e a sociologia. Essa característica comum a todas as contribuições se materializa na embocadura das perguntas enfrentadas pelo grupo de autores e autoras e das respostas formuladas.

Os textos suscitam questões críticas sobre os processos sociopolíticos por trás da expansão das finanças verdes e as complexas interações entre público e privado – dando atenção às disputas de interesse e de centros de poder – e entre forças e interesses globais e locais na criação, expansão e implementação dessas finanças, da mesma forma que aborda suas funcionalidades e fragilidades de arranjos regulatórios públicos e privados, criados para normatizá-las. Além desses aspectos de economia política, também são discutidos os impactos das finanças verdes quando “tocam o chão”, isto é, os seus efeitos em moldarem o funcionamento de atividades econômicas reais, mas também, seus impactos – com frequência desiguais – em territórios, ecossistemas e populações e as contradições e conflitos a elas associados.

As finanças verdes são conectadas, assim, também a preocupações com a garantia de direitos e a promoção de justiça (ambiental e climática). São tematizados e discutidos, ainda, os possíveis limites da lógica financeira para a promoção de uma economia efetivamente sustentável e como são distribuídos os custos e benefícios atrelados às relações financeiras e contratuais (sobretudo, a relação entre credores e devedores) quando se propõem a servir a objetivos de caráter público como a sustentabilidade e o desenvolvimento.

Em suma, o livro busca inserir as finanças verdes em seu contexto sociopolítico e econômico para, assim, desvendar seus limites e potenciais no território brasileiro, marcado por um passado e um presente de distribuição desigual de recursos financeiros e naturais e de formas igualmente desiguais de acessá-los e utilizá-los. Quando estas desigualdades permanecem na base das finanças verdes, restringindo acesso ou modificando a maneira, especialmente as coletivas, de regular o acesso à natureza, as finanças verdes podem se revelar limitadas para garantir um futuro em que sejam viáveis, diferentes modelos econômicos e formas de vida.

Por sua abordagem particular, os capítulos aqui reunidos não enfrentam (e, dada a proposta escolhida, nem pretendiam enfrentar) muitas questões técnicas afeitas às ciências da natureza no campo de conhecimento da sustentabilidade e da contabilidade ambiental e ecológica. Pelas mesmas razões, as contribuições tampouco se engajam em alguns debates técnicos internos ao universo financeiro. Em vez disso, são pesquisas que oferecem reflexões que podem ser complementares àquelas produzidas em outros campos científicos e comunidades epistêmicas, uma vez que buscam desvendar as condicionantes e os impactos sociopolíticos, econômicos, territoriais e institucionais dos fenômenos reunidos sob a alcunha das finanças verdes e que interessam a distintas áreas.

Neste sentido, no capítulo 2, Tatiana Oliveira, delinea uma proposta de reflexão crítica sobre as finanças verdes, entendendo-as como forma de organizar e explicar transformações sociopolíticas da propriedade. Localizando essas transformações no Brasil a partir de processos que chama de “*assetização*”, a autora explica como este tipo de finança pode impactar processos de transformação da natureza e dos modos de vida e de propriedade tradicionais. Ao fazê-lo, Oliveira analisa a relação das finanças verdes com o processo de financeirização, entendido como um ponto de inflexão no capitalismo neoliberal. Desde esta reflexão, a autora convida a pensar sobre a financeirização da natureza como um processo que fragmenta e cinde a intrínseca conexão entre natureza e a vida mesma.

A noção de financeirização da natureza também serve de lente de análise para capítulos que investigam o crescente interesse que as florestas e as áreas ricas em biodiversidade despertam em investidores privados e instituições financeiras multilaterais no contexto de emergência climática. Nesta direção, no capítulo 3, Andrei Cornetta descreve como as florestas vêm sendo integradas como parte de iniciativas (financeiras) de compensação de emissão de gases de efeito estufa de crescente relevância no Brasil, como, por exemplo, o REDD+ e o Fundo Amazônia, gerenciado pelo BNDES. O autor sustenta que a incorporação das florestas como base para diferentes mecanismos de financiamento e comercialização de créditos de compensação de emissões é parte de um problemático “regime político das mudanças climáticas” – que inclui normas jurídicas internacionais, a ciência climática e os mercados. Cornetta analisa como o Brasil se insere neste “regime político”, avaliando os posicionamentos e estratégias do país em relação à conexão das florestas com as finanças, apontando, de forma crítica, para os desdobramentos territoriais, geopolíticos e econômicos dessa conexão.

No capítulo 4, com foco na Amazônia, Marcela Vecchione-Gonçalves demonstra que a conexão entre regime climático e o financiamento de políticas florestais no Brasil remonta o surgimento das institucionalidades políticas ambientais no país. A autora ilustra o argumento, mostrando que o desenho de políticas públicas recentes, vinculadas à agenda climática, está ligado, na origem, à implementação do Programa Piloto de Conservação de Florestas Tropicais (PPG7), iniciado ainda em 1995. É o caso da criação dos territórios de conservação por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), da Política Nacional de Mudanças Climáticas e, posteriormente do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Neste contexto, a autora destaca que a Amazônia brasileira e as florestas tropicais e suas áreas de transição têm sido palco da disputa sobre o uso da terra, não só

pelo agro-hidro-minero-negócio, mas pela aliança da promoção ao desenvolvimento a uma economia da biodiversidade na forma da bioeconomia.

Veronica Korber Gonçalves, Veridiana Dalla Vecchia e Marina Godward descrevem, no capítulo 5, os termos em que ocorre o debate em torno de um sistema de precificação de carbono no Brasil. Ao identificar as principais vozes presentes na discussão e seus posicionamentos, o texto oferece um mapa dos atores envolvidos no Projeto PMR Brasil nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro. As autoras defendem que, nesse âmbito, o debate está descolado da Política Nacional sobre Mudança do Clima e fortemente concentrado no setor privado. Sustentam, ainda, que a mesa de negociações dessa política é um espaço restrito e composto tanto por grupos impulsionadores, quanto por grupos proteladores, com destaque para a forte presença dos setores empresariais. Em leitura crítica, defendem que as discussões se deram de forma pouco democrática, refletindo a natureza do atual regime ambiental internacional, que se apresenta cada vez mais atrelado a interesses privados, implicando em uma metamorfose da natureza em capital e na participação crescente da iniciativa privada em negócios ambientais.

A análise das finanças verdes abarca ainda um setor-chave da economia brasileira, a agricultura, analisada no capítulo 6 por Marta Inez Medeiros Marques, que avalia os sentidos da chamada agricultura de baixo carbono. Para tanto, a autora realiza um inventário dos canais de financiamento ambiental no Brasil, desde o precursor Fundo Nacional do Meio Ambiente até outros meios mais recentes, público e privados. Com isso, Marques se volta à análise do Plano ABC e da Política ABC+, no âmbito do financiamento agrícola no Brasil. A autora argumenta que, enquanto iniciativa “sustentável”, o Plano ABC tem caráter pontual e controverso. Nesse sentido, aponta que seus impactos têm se distribuído de forma desigual no território nacional, com predominância nas áreas de domínio da pecuária e das lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Além disso, a descrição dos tipos de atividade financiada sinaliza as relevantes limitações dos critérios adotados pelo Plano, com a abstração de importantes dimensões do ponto de vista ambiental. Ao fim, a autora sustenta como a atuação do governo Bolsonaro escancara as contradições desse modelo de governança ambiental, que subordina a proteção do meio ambiente a interesses privados.

No capítulo 7, Iagê Z. Miola, Tomaso Ferrando, Gabriela Junqueira, Diogo R. Coutinho e Flávio M. Prol trazem um panorama crítico dos títulos verdes (*green bonds*) como uma forma de crescente popularidade de financiar a chamada “transição verde”, em especial, no Brasil. O capítulo ilustra questões polêmicas relacionadas aos *green bonds* por meio do diálogo com a literatura existente sobre

o tema, bem como a partir de casos específicos, alguns deles do Brasil, cujo entendimento foi aprofundado no contexto da pesquisa realizada pelo coletivo *Green Bonds from the South*. O texto, assim, traz uma análise sociojurídica crítica dos títulos verdes como uma “ferramenta” de dívida que se encontra na encruzilhada entre direito, finanças, ecologia, passado, presente e futuro. Esta abordagem da “vida real” dos títulos verdes procura, em suma, sinalizar as lacunas existentes nos discursos acadêmicos, bem como sugerir que mais atenção seja dada à dívida verde como um mecanismo para pensarmos sobre o futuro da sociedade e da economia.

Diana Aguiar e Deborah Werner aprofundam a análise sobre os títulos verdes no capítulo 8, com foco na infraestrutura, notadamente nos setores de energia renovável e ferroviário. As autoras descrevem como se constitui o discurso da sustentabilidade nesses setores, destacando os tipos de ajustes espaciais e institucionais, do ponto de vista dos arranjos jurídicos e políticos, necessários para que o valor financeiro associado à sustentabilidade circule. Aguiar e Werner ressaltam, assim, diferentes papéis assumidos pelo Estado para conectar infraestrutura e finanças verdes, como o planejamento territorial, com fins de tornar setores produtivos adaptáveis à métrica e à taxonomia do sustentável e do verde para, exatamente, ajustar o lugar dos investimentos, atrair mais investimentos e consolidar e construir ativos. Os ativos derivados de dívidas (títulos) verdes seriam, na visão das autoras, os espaços de angariação de financiamento, mas, também, da própria re-financeirização de políticas públicas por meio de complexas parcerias público-privadas.

Outra frente de crescente relevância no campo das finanças verdes no Brasil é discutida no capítulo 9, de Melissa Ely Melo e Larissa Verri Boratti: o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Tendo como eixo de análise o novo marco normativo federal de PSA (Lei n. 14.119/2021), as autoras reconstróem os fundamentos conceituais de tal instrumento, situando o contexto histórico de surgimento dos PSA no início dos anos 2000 como uma resposta às insuficiências de instrumentos de comando e controle. O texto aborda também as principais considerações críticas formuladas por PSA a partir da matriz teórica da Economia Ecológica. Em vista da realidade nacional, as autoras consideram que, apesar de representar alguns avanços, a nova legislação não supera as conhecidas controvérsias e dificuldades para uma implementação efetiva de programas e projetos de PSA. Importa destacar, da contribuição das autoras, a distinção entre instrumentos econômicos precificados e instrumentos econômicos de criação de mercado, explorando como os PSA podem, a depender do contexto, se encaixar em uma ou outra categoria. Nesse sentido, aponta-se para possibilidades do PSA como política, conectada

com estratégias de desenvolvimento rural e outras políticas ambientais, e envolvendo objetivos sociais, como a redução da pobreza em comunidades indígenas, tradicionais e de pequenos agricultores.

No capítulo 10, Mario G. Schapiro realiza um provocativo estudo de caso do Brasil para ilustrar as ferramentas de governança financeira mobilizadas por países em desenvolvimento como resposta aos desafios impostos pela crise climática. O autor diferencia dois tipos de medidas de governança financeira – as de caráter prudencial e as de caráter promocional – e mostra que, no caso brasileiro, há prevalência de medidas prudenciais para proteger o sistema financeiro diante de crises climáticas que poderiam implicar danos significativos ao sistema financeiro em comparação a medidas promocionais que estimulariam uma transição a uma economia verde. Apesar disso, Schapiro argumenta que o Brasil conta com uma sobreposição institucional de ferramentas desenvolvimentistas e regulatórias, o que lhe permitiria, notadamente por meio de bancos públicos (ferramentas desenvolvimentistas), ser capaz de cumprir um papel mais significativo em programas de transição climáticas induzidos pelo estado.

Por fim, no capítulo 11, Gabriela de Oliveira Junqueira e Sheila C. Neder Cerezetti refletem sobre uma “nova geração das finanças verdes”, servindo a contribuição como uma espécie de balanço para encerramento do volume coletivo. As autoras recuperam as origens e desenvolvimentos institucionais alcançados com os primeiros “instrumentos financeiros verdes” no bojo do movimento dos Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI, na sigla em inglês). Nesse sentido, destaca-se a formação de centros globais de governança, que conferem algum grau de coordenação no uso desses instrumentos e colaboram para a formação de uma nova camada regulatória transnacional e privada, com crescente importância na governança ambiental global. As autoras argumentam que, com a virada nos debates sobre sustentabilidade, e a adoção de discursos sobre a necessidade de uma transformação nas relações com a natureza, pode-se distinguir uma nova geração de finanças verdes. Com essa ampla pretensão, e se valendo das bases institucionais desenvolvidas nos momentos anteriores, essa nova geração se complexifica. Com a classificação proposta, as autoras fornecem subsídios para pensar a própria categoria de finanças verdes na atualidade, chamando a atenção para a diversidade de instrumentos e arranjos que o termo denota, bem como para a dimensão da privatização e hibridização da governança desses mecanismos.

Esperamos que os estudos aqui reunidos ajudem a jogar luz sobre os limites e potencialidades das finanças verdes para o Brasil. Dessa forma, pretendemos que a diversidade de perspectivas que compõem esta obra contribua para a

identificação de tendências e de possíveis rumos para políticas públicas capazes de lidar com os desafios impostos pela crise ecológica de forma efetiva, social e ambientalmente justa. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

DERANI, Cristiane. 2008. **Direito Ambiental Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DW, 2021. “Davos: green transition is ‘\$50-trillion investment opportunity’”. 28 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/en/davos-green-transition-is-50-trillion-investment-opportunity/a-56375018>. Acesso em 14/12/2021.

EUROPEAN COMMISSION. **The European Green Deal**. [S. l.]: 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/european-green-deal-communication_en.pdf.

GABOR, Daniela. The Wall Street Consensus. **Development and Change**, International Institute of Social Studies, vol. 52, n. 3, p. 429-459, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12645>.

GABOR, Daniela. The Wall Street Consensus at COP26. Phenomenal World, 2021b. Disponível em: www.phenomenalworld.org/analysis/cop26/. Acesso em 14/12/2021.

MAZUCATTO, Mariana. Financing the Green New Deal. **Nature Sustainability**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41893-021-00828-x>.

MITCHELL, Timothy. **Carbon Democracy: political power in the age of oil**. London: Verso, 2013.

MORENO, Camila; SPEICH, Daniel Chassé; FUHR, Lili. **A Métrica do Carbono: Abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. (Série Ecologia).

PATTBERG, Philipp; WIDERBERG, Oscar. Global environmental governance. In: PATTBERG, Philipp; ZZELLI, Fariborz (eds.). **Encyclopedia of Global Environmental Governance and Politics**, p. 28-34. Edward Elgar, 2015.

PEET, Richard; ROBBINS, Paul; WATTS, Michael. Global Nature. In: PEET, Richard; ROBBINS, Paul; WATTS, Michael. (eds.). **Global Political Ecology**, p. 1-47. New York: Routledge, 2011.

PEREZ, Oren. The New Universe of Green Finance: From self-regulation to multi-polar governance. In: DILLING, Olaf; HERBERG, Martin; WINTER,

Gerd. (eds.) **Responsible Business: Self-Governance and law in transnational economic transactions**. London: Hart Publishing, p. 151-180, 2008. (Oñati International Series in Law and Society).

STERN, Nicholas. **The Economics of Climate Change: the Stern Review**. Cambridge University Press, 2007.

SWYNGEDOUW, Erik. Trouble with Nature: 'Ecology as the New Opium for the Masses'. *In*: HILLIER, Jean; HEALEY, Patsy. **The Ashgate Research Companion to Planning Theory: Conceptual Challenges for Spatial Planning**, p. 299-320. Routledge, 2010.

UNEP – United Nations Environment Programme. **Toward a Green Economy: Pathways to sustainable development and poverty eradication**, 2011.

YOSHIDA, Consuelo Y. Moromizato *et al.* (Coord.). **Finanças sustentáveis e a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ZOGRAFOS, Christos; ROBBINS, Paul. Green sacrifice zones, or why a green new deal cannot ignore the cost shift of just transitions. **One Earth**, v. 3, n. 5, p. 543-546, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2020.10.012>.

